

## RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: TRABALHADORA-ESTUDANTE, RELATO E REFLEXÕES.

Vanessa Santos do Nascimento<sup>1</sup>  
Raphaela de Toledo Desidério<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Durante um ano participando do Programa Residência Pedagógica - PRP, foi inevitável a reflexão sobre a difícil tarefa de trabalhar com estudantes da classe trabalhadora em uma universidade que tem como marcador histórico a luta do povo, com sua origem popular. Sabemos que os cursos de licenciatura da UFFS de Erechim são no turno da noite, o que “libera” os outros dois turnos (manhã e tarde) para que os estudantes possam trabalhar, já que o auxílio da universidade não supre ou mesmo desenquadra certos estudantes, como exemplo daqueles (caso da autora) que já possuem uma formação de ensino superior. Esses, não têm o direito de solicitar auxílio econômico, levando-os a pensar que hoje no “Brasil da fome”, um título de graduação é o suficiente para que tenhamos um emprego bom, com salário digno referente aos anos que você se dedicou e que o governo investiu no curso superior. Pensar e criar uma resolução com base nessa lógica é no mínimo equivocada.

Nesse sentido, este relato vem com a proposta de compartilhar com os leitores a realidade de uma estudante, mãe, trabalhadora, natural de outro estado, com o intuito de refletir e buscar caminhos para que o programa possa continuar contribuindo e auxiliando os estudantes do mesmo perfil, só que de maneira saudável e ao mesmo tempo produtiva. É importante que se saiba que para além do sonho de ser professora de Geografia, a autora veio em busca de melhorias na condição de vida junto a sua filha, que na época tinha apenas dois anos de idade, quando atravessou o Brasil de ônibus junto com sua mãe que teve na UFFS o apoio intelectual e financeiro, através de bolsas de programas como o PRP. Por isso, falar desse Programa é instantaneamente falar sobre a sua importância para a permanência dos estudantes de graduação nas universidades públicas, já que a bolsa no valor atual de 700 reais mensais, passa a ser um complemento financeiro para a sobrevivência desses estudantes.

Sabemos que a finalidade do PRP é a de contribuir para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores e professoras da educação básica nos cursos de licenciatura, e que seus objetivos estão atrelados também ao estabelecimento da co responsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores, além de valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional e induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula (CAPES, 2023). A partir dessa dinâmica, buscamos

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Geografia – 8º Semestre/2023. Universidade Federal da Fronteira Sul. Engenheira Agrônoma. Universidade Federal Rural da Amazônia. Especialista em Geografia e Meio Ambiente. Universidade Federal do Pará. [vanegasim@gmail.com](mailto:vanegasim@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre/Doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador(a). Prof.<sup>(a)</sup> do Curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul. [raphaela.desiderio@uffs.edu.br](mailto:raphaela.desiderio@uffs.edu.br)

refletir a realidade da trabalhadora-aluna da Universidade Federal da Fronteira Sul, integrante do PRP do Curso de Geografia de Erechim/RS.

## 1 METODOLOGIA

A pesquisa realizada teve natureza qualitativa, com abordagem descritiva. Os dados foram coletados com base na análise de documentos e observações durante as atividades internas do grupo, como reuniões gerais, roda de conversas online e participação como regente em sala de aula. Utilizamos do método dialético de procedimento histórico comparativo, com base nas referências de Comin e Barbosa (2011), que levantam a discussão sobre a rápida expansão do ensino superior no Brasil e sua relação com o acesso da classe trabalhadora nesses espaços, a partir disso, pretendemos relatar a experiência da autora com o intuito de continuar o debate refletindo, sobre tudo, nos desafios dos estudantes no acesso e principalmente na sua permanência dentro das universidades públicas do país.

Para tanto, iniciaremos falando brevemente da história da UFFS campus Erechim, em seguida faremos uma rápida descrição das atividades da autora durante o PRP para que possamos levantar as reflexões relacionadas às condições do trabalhador-aluno da Universidade Federal da Fronteira Sul, suas motivações, dificuldades e desafios enfrentados por conta da sua condição de vida na sociedade capitalista.

## 2 ENTENDER A HISTÓRIA DE FORMAÇÃO DA UFFS PARA ENTENDER O PERFIL E POSSÍVEL REALIDADE DE SEUS ALUNOS?

Em sua página na internet, a UFFS apresenta uma breve história desde a sua concepção até a sua criação, nela é falado sobre décadas de expectativa de se ter uma universidade federal na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e que foi a partir da coesão de entidades públicas, organizações não-governamentais e movimentos sociais no ano de 2005, que o Movimento Pró-Universidade Federal foi criado fortalecendo a luta pela criação da universidade pública nessa região. Em 2006, o Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (MESOMERCOSUL) chegou a um consenso:

[...] como todas as propostas dos três estados do Sul de criação de universidades foram rejeitadas, a saída seria um projeto único. Um grupo de trabalho foi criado para elaboração do projeto e discussões sobre o assunto seguiram por meses, envolvendo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), a Via Campesina, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros movimentos sociais. O projeto que chegou ao Congresso Nacional e depois foi aprovado já definia uma série de características da nova instituição, que deveria ser democrática, popular e teria cinco campi, para suprir a carência de vagas na Fronteira Mercosul e reverter o processo de litoralização. Assim, o apoio para a ideia de uma universidade federal na região aconteceu em agosto de 2007: mais de 15 cidades fizeram atos públicos em prol da implantação. Em outubro, o então ministro da Educação, Fernando Haddad, confirmou a criação da universidade.

A partir de então as atividades passaram a ser integradas pelo MEC que criou a Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional responsável por debater junto com o grupo de trabalho, já criado, as áreas de influência da universidade, como a localização da sede e dos campi, além da estrutura física e o seu orçamento.

Como a Fronteira Mercosul era uma região historicamente desassistida pelo poder público, a escolha dos locais de implantação dos campi e do nome da universidade deveriam refletir tais anseios. Assim, definiu-se Laranjeiras do Sul e Realeza (Paraná), Erechim e Cerro Largo (Rio Grande do Sul) e Chapecó (Santa Catarina e sede da instituição) como os locais de maior expressão para o principal objetivo da nova universidade, ou seja, **desenvolver a região da Fronteira Sul, a partir da qualificação profissional e da inclusão social, respeitando as características locais.** Assim, os cursos deveriam apresentar ênfase em atividades comuns na região, como agricultura familiar e pequenos negócios. Nesse sentido, também foi escolhido o nome Universidade Federal da Fronteira Sul como reiteração da finalidade para a qual a Instituição estava sendo implantada.

A palavra oficial foi dada no fim do ano de 2007 quando o ministro da Educação anunciou a criação de uma universidade na região, em solenidade, políticos, representantes de movimentos sociais e integrantes do Movimento Pró-Universidade estiveram presentes, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto de lei 2.199-07, do deputado federal Claudio Vignatti, solicitou oficialmente a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

## 2.1 O Programa Residência Pedagógica e a realidade da trabalhadora-aluna na UFFS.

Depois de entendermos a história e o principal objetivo de criação da UFFS nessa região e na cidade de Erechim, podemos concluir que têm como pilar a luta do povo e da classe trabalhadora como os representantes das famílias de agricultores e agricultoras familiares, com o intuito sempre de incluir essas pessoas no meio acadêmico. Sabendo disso, é importante que se diga que para a maioria dos estudantes, conquistar a aprovação no vestibular já é por si só uma das etapas mais difíceis e angustiante antes de iniciar a vida acadêmica, em seguida a batalha continua pela permanência desses estudantes no ensino superior, que é agravada por dificuldades financeiras, emocionais e sociais, o que resulta em alto índice de “evasão” das universidades.

Na UFFS não é diferente, essa realidade fica ainda mais latente quando falamos do curso de licenciatura do turno da noite o que possibilita a classe trabalhadora a chance de se ter um curso superior, porém a realidade é dura para esses estudantes e principalmente para as estudantes, como a autora, que além de ser trabalhadora é mãe e possui suas obrigações familiares para cumprir, somado a isso a mesma não têm nenhuma rede de apoio, já que sua família ficou toda em seu estado de origem, o Pará.

O PRP, assim como outras bolsas (PIBID), foi fundamental para que a estudante pudesse ter a possibilidade de permanecer na universidade, porém essa escolha custou muito caro, visto que houve uma sobrecarga na vida pessoal da mesma, gerando conflitos e problemas de saúde emocional e física. Sabemos que precisamos escolher e que cada escolha que fazemos precisamos assumir as consequências, mas você já parou para pensar que a classe subalternizada mesmo que faça sua escolha, ela estará sempre levada a escolher o “menos pior”, ou seja, a autora tinha a opção de continuar apenas no seu estágio não obrigatório (na EMATER), recebendo 1.200 reais por mês, mas a mesma sabia que as contas não seriam todas pagas, sua filha junto a ela provavelmente passariam fome, diante disso a “escolha” foi participar do PRP, infelizmente seria uma falácia se aqui fosse dito que a sua decisão em fazer parte do PRP em Geografia foi essencialmente para

experienciar o contato com a sala de aula, até porque a autora em particular já teve muitas oportunidades de fazer esse contato e ter essa experiência.

Nesse sentido cada atividade realizada no PRP, serviu para que a autora refletisse sobre sua condição enquanto sujeito da sua própria história e com isso como o PRP contribui para sujeitos como ela, que trabalha, estuda, é mãe e cuida de casa, o intuito aqui é fortalecer outras pessoas a refletir e trazer o debate para dentro do Programa e da própria universidade, com intuito de superar os desafios impostos por essa condição, que vem atrelada a fatos históricos que pesam na vida desses trabalhadores-alunos, mas que até hoje não se há um debate sério e profundo no meio acadêmico.

Contudo analiso a minha experiência no PRP como uma evidência de que a condição do trabalhador-aluno, é pouco discutida na universidade, e quando a discussão é levantada é de maneira superficial, hora vem do professor através da cobrança pela “autonomia” dos alunos, pelo cumprimento do “mínimo” pois os residentes recebem por isso, por outro lado os professores são acusados pela falta de sensibilidade em relação a condição do trabalhador-aluno. Usaremos o exemplo da autora, que sempre defendeu essa condição de se ter acesso a bolsa do PRP junto ao trabalho ou outras bolsas, justamente por conta da proibição do recebimento do auxílio econômico da universidade, pois a mesma já possui uma graduação, independente da jornada tripla ou mais que ela tenha, é importante que se diga que a mesma nunca deixou de cumprir com suas obrigações, houveram atrasos de entrega de relatórios, de resumos, mas nunca deixou de fazer, cumprindo com muito esforço as tarefas designadas pela orientadora do programa.

A motivação em escrever sobre o assunto, partiu das observações durante um ano de PRP, cursando o sétimo e oitavo semestre, em que seus horários eram diariamente dedicados ao trabalho, com sua saída de casa às oito horas, mas sempre levantando as seis para arrumar sua filha, retornando às dezessete horas para seguir para realizar suas tarefas domésticas e ir para a parada de ônibus pegar a condução para UFFS com sua saída às dez e meia da noite, chegando às onze horas em casa, para quem sabe fazer um relatório do PRP, um trabalho da universidade ou mesmo o plano de aula para trabalhar na regência com a turma da escola haydée. Nesse sentido, durante um ano de PRP e quase quatro anos de UFFS, sempre foi aguardado pela autora, que a condição do trabalhador-aluno fosse reconhecida na e pela universidade, no mínimo que fosse amplamente discutida de forma mais profunda nos cursos de ciências humanas.

O trabalhador-aluno constitui um fenômeno social relativamente jovem e tem sua expansão, principalmente a partir do fenômeno da democratização do acesso ao ensino superior, com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (INEP) evidenciam que o ensino superior brasileiro experimentou em período de 15 anos com expansão da oferta de vagas e aumento do número de matrículas, saltando de 4 milhões vagas em 2003, para 7,8 milhões em 2014 (INEP, 2017). Apesar da oferta de vagas no ensino superior estar concentrada na rede privada (87,4%), de acordo com dados do INEP, a rede pública de ensino superior experimentou um aumento substancial de oferta de vagas e matrículas representando 60% matriculados em Universidades (INEP 2017).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sobre a forte expansão do ensino superior no Brasil, Comin e Barbosa, vão dizer que:

Desde meados da década de 1990, assistimos a um conjunto de reformas institucionais que induziram à forte expansão do ensino superior. A estratégia básica no momento inicial foi a de estimular a oferta por meio de instituições privadas, seguida de uma flexibilização na oferta de cursos, criando alternativas ao bacharelado convencional de quatro anos, através de cursos sequenciais, tecnológicos e à distância. Grosso modo, até então, as universidades públicas atenderam às demandas educacionais das classes médias e altas; ao setor privado em expansão coube crescentemente a missão de absorver estudantes provenientes de estratos de renda inferiores, adequando-se a seus reduzidos orçamentos. O crescimento do setor privado fortaleceu, assim, a provisão de educação superior, u, através de cursos de baixo custo, em geral voltados às humanidades, ao direito e à administração. A oferta de cursos das chamadas "ciências duras", como engenharia, medicina, física, biotecnologia e química, permaneceu, majoritariamente, sob iniciativa das universidades públicas (COMIN; BARBOSA, 2011, p. 76).

Junto a isso, sabemos da luta dos Movimento Sociais, para que o acesso ao ensino superior fosse para todos, e que a classe subalternizada tivesse a chance de se profissionalizar, seja eles negros, pobres e/ou indígena. Esse acesso chegou através das políticas públicas, principalmente a partir do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a questão agora é: qual as condições de vida dessas pessoas que trabalham e estudam?

A experiência no PRP, revelou-se como um grande desafio para autora que ao mesmo tempo se viu por diversas vezes desmotivada e em conflitos com suas diversas tarefas, seja com as disciplinas, seja com o PRP, seja no trabalho e tudo isso tentando conciliar com a família e o trabalho doméstico. Não queremos aqui transformar esse relato em lamentações, mas chamar atenção para que a universidade assuma de vez as discussões necessárias para melhoria da vida desse grupo, que hoje, pode chegar a ser a maioria da universidade, é preciso que se procure saídas principalmente do ponto de vista pedagógico e que esse assunto seja tratado de forma séria e profunda, que as dificuldades que os alunos chegam na universidade sejam acolhidas e discutidas com intuito de gerar soluções para os problemas enfrentados pelos principais agentes da universidade, já que sem estudantes não há universidade, e sabemos do grande percentual de "evasão" das instituições de ensino público.

### CONCLUSÃO

Por fim, reafirmo a necessidade de se estudar de maneira séria e profunda as questões relacionadas à inserção dos alunos da classe trabalhadora, que têm jornada duplas e triplas diária, como a exemplo da autora, para que não reforce a desigualdade já existente entre pobres e ricos, negros e brancos e que haja de fato um empenho da instituição junto a comunidade acadêmica em se fazer valer a permanência desse grupo na universidade de forma acolhedora, saudável e sensível a sua realidade.

## REFERÊNCIAS

- CAPES. **Programa de Residência Pedagógica**. Disponível em: Programa de Residência Pedagógica — CAPES ([www.gov.br](http://www.gov.br)). Acesso em: 11 de outubro de 2023.
- COMIN, Álvaro A; BARBOSA, Rogério Gerônimo. **Trabalhar para Estudar: Sobre a Pertinência da Noção de Transição Escola-Trabalho no Brasil**, São Paulo, 2011.
- SINÓPSES ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – GRADUAÇÃO**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP - Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.
- UFFS. INSTITUIÇÃO. Disponível em: História ([uffs.edu.br](http://uffs.edu.br)). Acesso em: 11 de outubro de 2023.